

# Acadêmicos juntam-se para desfazer os mitos da crise e da austeridade

São 18 questões respondidas por quem nas universidades estuda a sociedade portuguesa. Procuram desmontar os lugares-comuns que, em tempos de crise, são apresentados como ciência exacta

## Lançamento São José Almeida

“O aumento acentuado nos níveis de endividamento público na zona euro ocorre como consequência da crise financeira de 2007/2008, e não como causa desta crise”, afirma Mariana Mortágua no livro colectivo *Não Acredite em Tudo o Que Pensa. Mitos do Senso Comum na Era da Austeridade* (p. 59), agora lançado pela Editora Tinta da China. Esta obra, coordenada por José Soeiro, Miguel Cardina e Nuno Serra, nasceu da sistematização de sessões organizadas pela cooperativa Cultra, conta ao PÚBLICO José Soeiro.

Essas sessões debateram com vários convidados questões que “partiam de afirmações do senso comum”, descreve José Soeiro, esclarecendo ainda que algumas delas foram transformadas em perguntas e “foram convidadas pessoas que têm estudado os assuntos, alguns que estiveram nas sessões iniciais”. Junta assim um conjunto de académicos do Instituto Superior de Economia e Gestão e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em Lisboa, e das universidades do Minho, do Porto e de Coimbra.

Já nas livrarias, a obra será apresentada em várias cidades do país, estando o lançamento em Lisboa previsto para dia 13. Nele falarão os historiadores José Pacheco Pereira e Fernando Rosas, respectivamente do PSD e do BE, e Sandra Monteiro, directora da edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*.

Logo na introdução, assinada pelos três coordenadores, pode ler-se que esta obra é motivada pelo facto de, “três anos depois”, a “resposta dada à crise instalou uma austeridade e um ‘estado de excepção’ permanentes e sem limites, que esvaziam a democracia, clamam sem cessar pelos sacrifícios dos mais frágeis, em nome de um suposto bem comum, e promovem a transferência crescente e intolerável de rendimentos do trabalho para o capital”. Isso faz, prosseguem, com que o “empobrecimento” e a “austeridade” sejam “apresentados – e apreendidos pela opinião pública – como inevitáveis”, já que “ambos assentam em argumentos e descrições cuja eficácia reside, precisamente,



Houve manifestações que serviram para corrigir políticas

no simplismo das formulações e na carga moralista que encerram”.

Propondo-se desmontar e explicar os lugares-comuns que partem de pressupostos falsos é assim possível perceber que, como afirma Miguel Cardina, “a História está cheia de exemplos que mostram a importância das manifestações na recusa de determinadas medidas políticas ou na adopção de outras consideradas socialmente mais justas” e que as “expressões de desagrado produziram efeitos concretos na vida dos sujeitos pertencentes ao grupo que protesta”.

Mas também ficamos a saber que, como frisa Elísio Estanque, “Portugal é o terceiro país da UE onde se trabalha mais horas por ano e também um dos países europeus onde os custos do trabalho são mais baixos”. E que, como sublinha Francisco Louçã, “no dia em que todas as empresas reduzam os salários, a procura interna vai diminuir, dado que são esses rendimentos dos trabalhadores que pagam o consumo dos produtos produzidos por todas estas empresas”. O economista e ex-líder do BE conclui ainda: “De facto, a teoria da redução dos salários ignora a sua consequência imediata: a diminuição da procura dirigida às empresas pequenas e médias, que são as que criam mais emprego em Portugal. A recessão que se viveu em Portugal em 2012, e que se está a agravar em 2013, é sobretudo o efeito da queda da procura interna. A redução dos salários é um factor indesmentível da crise.”

Nas questões sobre o endividamento, Ana Cordeiro Santos diz que “o que geralmente não se refere é que o endividamento das famílias é um fenómeno que atravessa as economias capitalistas mais avançadas, fazendo parte de um processo mais vasto de extraordinário crescimento do sector financeiro”. Isso acontece “em resultado de políticas neoliberais de privatização dos bancos, de abolição dos controlos de capitais e de desregulamentação dos mercados financeiros, que não atinge apenas as economias e as empresas, mas também as famílias, através das suas actividades correntes de consumo e de poupança”.

Dividido em quatro partes, o livro aborda primeiro os temas *Estado, crise e economia*, depois *Trabalho,*

*direitos e emprego*, em terceiro surgem questões sobre *Estado social e ameaças do mercado* e, por último, *Democracia, participação e sociedade*. As perguntas e as respectivas respostas agrupam-se em torno destes temas.

## Perguntas recorrentes

A primeira questão é precisamente a já tão falada “Temos vivido acima das nossas possibilidades?”, cuja resposta negativa é dada por Ana Cordeiro Santos. Segue-se outra pergunta que é recorrente hoje em dia, “Gerir um país é como gerir uma casa?”, cuja resposta é dada por Ricardo Sequeiros Coelho. José Castro Caldas responde a outra pergunta muito ouvida: “O Estado deve ser gerido como uma empresa?”. E Mariana Mortágua aborda outra questão recorrente: “Temos de pagar a dívida?”

Na segunda parte, surgem as questões laborais. Elísio Estanque responde à pergunta: “O desemprego é uma oportunidade?”, Francisco Louçã aborda a questão de saber se “Baixar os salários é o caminho para salvar a economia?”, José Soeiro responde a “Os direitos dos mais velhos estão a bloquear os dos mais novos?”. Já Luís Fernandes encarrega-se de explicar se “O que faz falta é sermos empreendedores?”.

Sobre o Estado social e o Mercado, em primeiro lugar Nuno Serra fala sobre se “Há professores a mais e alunos a menos?”. À pergunta “Quem pode deve pagar mais pela saúde?” responde António Rodrigues. E Sílvia Ferreira aborda a questão “A Segurança Social é insustentável?”. A pergunta “O RSI é um estímulo à preguiça?” é respondida por Paulo Pedrosa. E Catarina Martins fala sobre se “A Cultura pode viver do mercado?”.

Por último, sobre a Democracia e a cidadania, Manuel Jacinto Sarmento fala sobre se “Na escola de antigamente aprendia-se mais do que na de hoje?”. Fernando Rosas aborda a questão sobre se “No tempo de Salazar é que era bom?”. Maria José Casa-Nova responde à pergunta “Os ciganos é que não querem integrar-se?”. A questão “A culpa é dos políticos?” é abordada por Manuel Loff, e Miguel Cardina responde a “Isto não vai lá com manifestações?”.